

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ANIBAL RICARDO GONÇALVES ALVAREZ

**NEOLIBERALISMO E SINDICALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990:
o contexto político-ideológico na gênese da Força Sindical (1991-1993)**

**Porto Alegre,
2012**

ANIBAL RICARDO GONÇALVES ALVAREZ

**NEOLIBERALISMO E SINDICALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990:
o contexto político-ideológico na gênese da Força Sindical (1991-1993)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

**Porto Alegre,
2012**

ANIBAL RICARDO GONÇALVES ALVAREZ

**NEOLIBERALISMO E SINDICALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990:
o contexto político-ideológico na gênese da Força Sindical (1991-1993)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Aprovado em 18/12/2012

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Mathias Seibel Luce
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profª Drª Celi Regina Jardim Pinto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profº Drnd. Frederico Duarte Bartz
Faculdade Porto-Alegrense (FAPA)

AGRADECIMENTOS

Agradecerei estritamente àqueles que contribuíram para este trabalho.

Aos professores Benito Schmidt e Silvia Petersen, por terem indicado caminhos preciosos na fase inicial de pesquisa.

Ao colega e amigo Frederico Duarte Bartz, por ter me aberto os olhos para a pesquisa do tema sindicalismo.

Ao Cosme “Baiano”, pelo acesso aos "arquivos" do SINTECT-RS, pela amizade, referência como trabalhador, lutador e ser humano. À Daniela Conte, pelo caríssimo material sobre o SINDISPREV. À Alana Fries, cujas conversas na fase inicial dessa pesquisa me ajudaram a formular um rumo a esse trabalho.

Ao Adriano Andrade e Tiago Ribeiro, ambos pelo acesso à biblioteca da UNISINOS. Ao Lucas Richter e à Vanessa Agra, pelo acesso à biblioteca da PUCRS. Aos servidores da BIBSCH/CEDEP.

Aos meus terapeutas, Rubem Menezes e Michele Tamagno.

Ao meu orientador Mathias Seibel Luce, pelo interesse no trabalho, confiança, incentivo e observação atenta e rigorosa da minha atividade.

À Adri Strohaecker, a quem este trabalho deve grande parte das suas qualidades, por todo seu carinho e compreensão.

À minha tia Gabriela Alvarez, pelo exemplo de persistência e humanidade.

Por fim, à minha mãe Marinez, à minha avó Alminda, e a meus padrinhos, Sônia e Douglas, por terem provido as condições materiais para minha trajetória de estudante e, em consequência, também para este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a estudar as ideias da Força Sindical à época de sua fundação e a gênese da sua visão política. Tendo como líderes nesse período inicial os nomes de Luiz Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri, ligados à corrente denominada “sindicalismo de resultados”, essa central sindical foi fundada em março de 1991, apresentando-se no cenário político brasileiro como uma entidade de oposição à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Seu surgimento e a manifestação de suas ideias provocaram debates, sobre o suposto apego dessa entidade à ideologia neoliberal. Será examinada no trabalho a ideia da Reforma do Estado apresentada no seu documento-fundador, intitulado *Projeto para o Brasil*, através do conjunto de pressupostos teórico-metodológicos denominado “análise de discurso político”. Como hipótese, considera-se que o discurso político de tal entidade centrou-se numa tentativa de “ressignificar” a noção de desenvolvimento, articulando a ela um conjunto de outros elementos presentes na conjuntura política de então. Dentre os elementos articulados, destacam-se a “crise do Estado”, a “reforma política”, entre outros.

Palavras-chave: neoliberalismo; Força Sindical; Luiz Antonio Medeiros; análise de discurso político; ideologia; Reforma do Estado; desenvolvimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF 1988 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CGT (Central) – Central Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CONCLAT (1981), ou 1ª CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCLAT (1983), ou 1º CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações financeiras

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EC – Emenda Constitucional

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC I – Primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

FHC II – Segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FS – Força Sindical

MPV (ou MPVs, no plural) – Medida Provisória

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OIT 87 – Convenção 87 da OIT

SMSP – Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 DA ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO À GÊNESE DA FORÇA SINDICAL	14
1. 1 O Neoliberalismo: ideologia e política	14
1. 2 Neoliberalismo e Hegemonia	16
1. 3. Reformas e Hegemonia Neoliberal no Brasil	18
1. 3.1 José Sarney: desenvolvimentismo e heterodoxia (1985-89)	19
1. 3.2 Collor: a ofensiva neoliberal e a instabilidade (1990-92)	21
1. 3.3 Itamar Franco: o Plano Real e a conclusão do mandato (1992-94)	22
1. 3.4 FHC I: estabilidade monetária e consolidação da plataforma neoliberal (1995-98).....	23
1. 4 O Sindicalismo diante da <i>Ofensiva Neoliberal</i>	24
1. 4. 1 A CUT e o Sindicalismo Propositivo	24
1. 4. 2 Sindicalismo de Resultados e a Gênese da Força Sindical	25
CAPÍTULO 2 CRISE, ESTADO E “NOVO DESENVOLVIMENTO”: POSSIBILIDADES PARA ANÁLISE DE DISCURSO	29
2.1 Ideologia, discurso e hegemonia	30
2.2 Ideologia neoliberal: o contexto no <i>Projeto</i>	32
2.3 O discurso político no <i>Projeto</i>	34
2.4 Sujeitos do discurso	34
2.5 O “novo desenvolvimento”	37
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1988, um militante da Central Única dos trabalhadores (CUT), chamado Ozeas Duarte, publicou um panfleto intitulado “Os Mercadores de Ilusões”, apresentando uma crítica à corrente denominada “sindicalismo de resultados”, que, naquele ano, chegava à presidência da Confederação Geral do Trabalho (CGT), então a segunda central sindical brasileira em tamanho e representatividade. Ligado a uma corrente de esquerda da CUT, e fortemente influenciado pelo marxismo, Duarte inicia seu texto observando que apesar de o “sindicalismo de resultados” pregar que “ideologia e política são incompatíveis com os sindicatos”, esta corrente seria, em sua visão, “a corrente mais ideologizada e politizada do movimento sindical brasileiro” (DUARTE, 1988, 13).

Ao olhar em retrospectiva, podemos considerar que Duarte estava antevendo o ressurgimento do fenômeno que, na linguagem panfletária característica do documento acima citado, se costuma chamar de “peleguismo”. E, de fato, Duarte acertou em sua previsão, pois, desde então, a corrente denominada “sindicalismo de resultados” cresceu, afirmou-se, emancipou-se da CGT, vindo a originar a Força Sindical, que durante os anos 90 dividiu com a CUT a liderança do movimento sindical no Brasil.

O presente trabalho tem como **objeto de estudo** a proposta da Força Sindical para a Reforma do Estado brasileiro (doravante apenas Reforma). A Reforma tornou-se, na década de 90, um dos principais pontos da agenda política brasileira, no nível do governo federal, resultando na ampliação do debate no interior da sociedade e da política brasileiras. Assim, ao longo dos anos 90, diferentes projetos para a Reforma foram apresentados e, conseqüentemente, foram ora contestados, ora debatidos e negociados.

Essa disputa entre projetos atravessa, em termos gerais, os governos Collor de Mello (1990-1992), quando a ideia da Reforma entra em cena, Itamar Franco (1992-1994) e o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ao final do qual se considera que a Reforma do Estado já se encontrava em curso avançado e não teria mais volta.

Entretanto, o **marco temporal** adotado neste trabalho refere-se a um período mais curto, entre a fundação da Força Sindical, em março de 1991, e a publicação do livro intitulado *Projeto para o Brasil*, em maio de 1993, por dois motivos. Em primeiro lugar, devido às **fontes primárias** significativas para a compreensão da gênese da Força Sindical datarem desse período.

Em especial, a análise de fontes contida neste trabalho concentrar-se-á no livro intitulado *Projeto para o Brasil* (doravante apenas *Projeto*). Composto de 31 capítulos e contendo ao todo 654 páginas (das quais mais de 600 são de texto escrito), o *Projeto* é considerado o *documento fundador* dessa entidade, pois foi através dele que a Força Sindical revelou à sociedade brasileira suas ideias.

Subdividido em seis títulos ou “livros”¹ (os quais chamarei, doravante, simplesmente de “livros”, pela conveniência do termo) o *Projeto* contém 31 capítulos, cuja abrangência temática demonstra a ambiciosidade política dessa Central Sindical. Com capítulos que vão desde a Reforma Agrária até a organização do Exército, foquei a leitura sobre aqueles nos quais os itens referentes à Reforma do Estado são debatidos². Dessa maneira, à exceção dos livros III e VI (respectivamente, *A Reforma do Sistema Judicial* e *A Transformação Social*), todos os demais foram considerados na análise, porém não todos os capítulos de cada um deles.

O segundo motivo para a escolha do marco temporal será mais bem desenvolvido no tópico seguinte, e também no capítulo 1, item 1.4, mas vale antecipar alguns aspectos. De uma maneira geral, os principais estudiosos do sindicalismo brasileiro consideram que os anos 90 representaram uma ruptura para o assim chamado “novo sindicalismo”³, isto é, o sindicalismo de oposição surgido em meio às greves e demais manifestações durante o período da abertura (1974-1985).

Assim, considera-se que a década de 1990 representou um período de refluxo para essa forma de atuação sindical, com a retração da atividade grevista, bem como com uma “despolitização” das greves (BOITO JR, 1999). Quanto à cúpula do movimento sindical, esse refluxo se manifestou em dois fatos: por um lado, a ascensão à direção da Central Única dos Trabalhadores (doravante, CUT), em setembro de 1991, da corrente denominada Articulação Sindical, de tendência moderada, em detrimento das correntes mais à esquerda; e, de outro, a divisão no interior da CGT com a consequente fundação da Força Sindical. Assim, ao se

¹ São eles: I – Introdução, II – Consolidação da Democracia: A Reforma Política e a Organização da Sociedade Civil, III - A Reforma do Sistema Judicial, IV – A Reforma do Estado, V – Reestruturação Econômica, e VI – Transformação Social.

² Assim, a discussão da Reforma do Estado está presente em todos os subtítulos do *Projeto*, em um ou outro dos seus temas específicos, mas não em todos os 31 capítulos.

³ A título de exemplo apenas, pois as contribuições desses especialistas serão abordadas com mais detalhes no último subtítulo dessa introdução e também ao longo do capítulo 1, cito três deles: ANTUNES (1995), BOITO JR (1999) e CARDOSO (2003).

examinar as posições de tais entidades de cúpula do movimento sindical, considero que essa “virada” pode ser datada nessa época, justificando-se novamente o marco temporal aqui adotado.

Justificativas e apontamentos bibliográficos

A temática do trabalho não se filia a apenas uma linha de pesquisa. Pode-se, contudo, situá-la no cruzamento entre duas linhas distintas, uma no campo da História, e outra compartilhada com disciplinas vizinhas, em especial a Ciência Política. São essas linhas, respectivamente, a História do Trabalho, e, mais especificamente, as pesquisas referentes ao chamado “novo sindicalismo”; e, em segundo lugar, as pesquisas referentes à influência das ideias neoliberais sobre o processo político brasileiro.

Atualmente, as linhas de pesquisa que se dedicam aos temas do Trabalho vêm revendo seus conceitos a respeito da noção de *novo sindicalismo*. Nesse sentido, uma série de trabalhos de pesquisa e síntese vem sendo produzida.

De uma maneira geral, autores como Ricardo Antunes, Marcelo Badaró Mattos, Leôncio Martins Rodrigues, Armando Boito Júnior e Adalberto Moreira Cardoso consideram que, no geral, ao longo da década de 1990, os setores herdeiros do “novo sindicalismo” abandonaram alguns dos elementos que o definiam como tal e diferenciavam-no do “velho”. Para Ricardo Antunes, por exemplo, a ação do movimento sindical, ao longo dos anos 1980, tendo a CUT como referência, caracterizou-se pelo “confronto e resistência” e teve, através dessa postura classista, um saldo “bastante positivo” (ANTUNES, 1995, p. 52). Durante os anos 90, no entanto, o sindicalismo brasileiro teria entrado num momento de refluxo, sendo forçado a assumir uma postura “cada vez mais defensiva, imediatista, de resultados, negociadora” (ANTUNES, 1995, p. 52).

A pesquisa aqui proposta visa a contribuir para o debate em torno de tais questões. Tem-se aqui uma primeira justificativa para o trabalho: o estudo das estratégias e do pensamento do sindicalismo nos anos 90, e em especial da cúpula do movimento, visa a contribuir para a revisão do conceito que se tem efetuado no interior desses campos de pesquisa.

Ao mesmo tempo, o tema desta monografia reporta-se a outra problemática, que trata da influência do pensamento neoliberal sobre o processo político brasileiro, e dentro de tal processo, como afetou a política sindical. Nesse ponto, dois trabalhos são fundamentais: *Política neoliberal*

e sindicalismo no Brasil, de Armando Boito Jr (São Paulo: Xamã, 1999); e *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*, de Adalberto Moreira Cardoso (São Paulo: Boitempo, 2003).

Segundo dois especialistas no assunto, David Harvey e Perry Anderson, o neoliberalismo triunfou. Certamente esse triunfo não foi completo⁴, mas de certa forma suas propostas foram acolhidas em todas as partes do planeta (HARVEY, 2008, p. 12) e, em todos os lugares para onde essa ideologia migrou, difundiu em maior ou menor grau a ideia de que não havia alternativas ao seu modelo⁵.

No entanto, ao considerar-se a adesão às ideias neoliberais por governos eleitos democraticamente, uma pergunta se coloca: como foi possível que governos eleitos pelos cidadãos fizessem avançar reformas que, em última análise, atacavam direitos desses mesmos cidadãos?

Harvey sintetiza muito bem essa problemática:

A revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições. (...) Como então se gerou suficiente consentimento popular para legitimar a virada neoliberal? (HARVEY, 2008, p. 49)

Esse questionamento está, portanto, presente não apenas no cotidiano acadêmico, mas também na ordem do dia. Assim, essa problemática tem uma importância ao mesmo tempo teórica e política e este trabalho pretende contribuir para tal questão.

Cruzando-se essas duas problemáticas distintas (a crítica ao novo sindicalismo e a influência do neoliberalismo) chega-se a uma terceira problemática, que pode ser formulada nos seguintes termos: que papel tiveram as lideranças sindicais no avanço das reformas neoliberais? Uma vez que essas reformas atacavam direitos sociais como os de previdência e as garantias trabalhistas, é de se esperar que tais lideranças se opusessem ao avanço dessas medidas. No entanto, em diversos momentos dos governos da Nova República, não foi a isso que se assistiu.

⁴ Boito Jr destaca a incompletude das reformas aprovadas no período 1991-1998 em relação ao aparelho total do Estado. Ver *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, Introdução.

⁵ Há uma opinião partilhada por alguns dos principais especialistas no assunto, segundo a qual uma característica distintiva do neoliberalismo é a sua hegemonia. Isto significa dizer que, em nenhum outro momento da história, qualquer outra forma de pensamento havia logrado disseminar a ideia “de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas”. (ANDERSON, 2000, p. 23).

Em se tratando do objeto específico dentre o conjunto de propostas neoliberais, a Reforma do Estado, essa escolha justifica-se através da constatação, reiterada por alguns especialistas, de que o posicionamento das centrais sindicais não está suficientemente claro. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, sobre a Força Sindical, afirma que:

Com relação às delicadas questões da reforma do Estado e a das privatizações, a nova central considera necessária uma reforma administrativa, mas assinala sua “forte oposição a qualquer governo que estabeleça a priori objetivos de redução do quadro de funcionários através de demissões”, enquanto se opõe à privatização das empresas estatais das “áreas estratégicas”. Reconhece, contudo, a necessidade de “rever a atuação do Estado em setores que só acarretem prejuízos para o povo, assim como estatais que só servem como cabides de emprego”. (RODRIGUES, 1991, p. 39-40)

Estrutura do Trabalho

O trabalho encontra-se dividido em dois capítulos: no primeiro, será realizada a análise do contexto, resultado da pesquisa bibliográfica efetuada sobre as duas linhas de pesquisa enunciadas no subtítulo anterior, às quais esse trabalho remete; no segundo deles, partir-se-á à análise das fontes primárias, mediante o arsenal teórico-metodológico chamado *análise do discurso político*.

O primeiro capítulo, intitulado *Da ascensão do neoliberalismo à gênese da Força Sindical*, encontra-se subdividido em quatro itens. Os dois primeiros são dedicados ao contexto político-ideológico internacional; no primeiro deles serão abordados os aspectos ideológicos do neoliberalismo, bem como a progressiva adoção de seus pressupostos, a partir da década de 1970, para formulação de políticas no interior dos países centrais e periféricos; no segundo item, serão discutidas brevemente as principais análises sobre o neoliberalismo segundo a noção de hegemonia, de matriz gramsciana. No terceiro item, analisar-se-á o avanço das políticas neoliberais no Brasil, através de uma abordagem histórico-comparativa dos governos José Sarney (1985-1989), Collor de Mello (1990-92), Itamar Franco (1992-94) e primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); por fim, no quarto item, serão analisadas as mudanças na forma de atuação das duas principais entidades de cúpula do Sindicalismo, a CUT e a FS, após o início da “ofensiva neoliberal”.

O segundo capítulo, intitulado *Crise, Estado e ‘Novo Desenvolvimento’* examinará o objeto específico da pesquisa em fontes primárias, isto é, a ideia/proposta de Reforma do Estado

na visão da Força Sindical. Levantei como hipótese que a prática discursiva da Força Sindical nesse documento centrou-se numa tentativa de *ressignificar* o termo “desenvolvimento”. Neste ponto, procurei demonstrar que o “novo desenvolvimento” pregado pela Força Sindical constituía o fim último da sua proposta de Reforma do Estado. Através do cruzamento da leitura de Celi Pinto (1989 e 2006) e Laclau e Moffe (1985), percebeu-se que o sujeito-enunciador desse discurso procurou *articular* diferentes elementos discursivos de modo a produzir, por um lado, um significado essencialmente negativo ao Estado que se queria superar, e, por outro, um significado essencialmente positivo à forma de Estado que coordenaria o “novo desenvolvimento”. A escolha dos elementos articulados no discurso visava a *interpelar* um sujeito-receptor chamado no discurso de “novo trabalhador”.

Referenciais teórico-metodológicos, seus pressupostos e caracterização do problema

O trabalho aqui proposto pretende, como já foi dito, abordar as ideias da Força Sindical sobre a Reforma do Estado. Para este fim, adotou-se o conjunto de teorias, pressupostos e metodologias referentes à *análise do discurso político*, apropriado de duas vertentes diferentes: Celi Pinto (1989 e 2006) e Ernesto Laclau e Chantal Moffe (1985). Também foi importante o contato com a dissertação de mestrado de Gustavo Biasoli Alves (2004), por ser um exemplo de aplicação dos mesmos métodos a um objeto semelhante. Em particular, desempenhará um papel central a noção de *práticas articulatórias*, tal como desenvolvida por Laclau e Moffe (1985).

Segundo Celi Pinto, o discurso pode ser considerado como uma “bem sucedida, mas provisória, fixação de sentidos” (2006, p. 79) “uma tentativa de dar sentido ao real, precária mas exitosa” (2006, p. 80). O discurso político, em particular, diferencia-se pela presença explícita do sujeito (1989, p. 52), contrastando com outros tipos, como no caso do discurso científico, no qual o sujeito deve ser ausente.

De acordo com esta mesma autora (1989, p. 37-39), a sociedade é atravessada por uma constante luta entre discursos, de diferentes tipos, que buscam emergir, permanecer, e, em um último processo, institucionalizar-se. No que diz respeito ao discurso político, essa constante disputa traduz-se em uma permanente busca por fixar novos significados aos vocábulos com que tal discurso lida, de maneira a tornar estes vocábulos capazes de fazer apelo aos indivíduos que visa a atingir.

Resta portanto, explicitar duas noções que desempenharão papel central na análise que será condensada neste trabalho, isto é, as noções de *interpelação* e *articulação*.

Interpelação refere-se ao fenômeno pelo qual o sujeito-enunciador do discurso “recruta” entre os seus interlocutores novos sujeitos. Essa operação torna-se bem sucedida na medida em que esse discurso enunciado mostra-se capaz de “atingir” ou apelar àqueles que o ouvem.

Articulação se refere, especificamente, ao procedimento pelo qual os discursos produzem novos significados, alterando a identidade dos vocábulos (*elementos*) com que lidam. Essa alteração de identidade ocorre como resultado de novas combinações (*articulação*) entre diferentes elementos (LACLAU e MOFFE, 1985).

O trabalho de Gustavo Alves Biasoli traz um bom exemplo de análise de práticas articulatórias. Nos discursos do presidente Collor de Mello, novas combinações de vocábulos (isto é, *articulações* entre *elementos*) foram intentadas, a fim de fixar um novo significado ao elemento “Estado”:

Collor foi eleito tendo por base uma campanha onde combateu fortemente o modelo de Estado vigente, personificado na figura do “marajá”, relacionando-o com os problemas da transição democrática e vindo com uma proposta que propunha na Reforma do Estado um encaminhamento para a solução destes, colocando a necessidade de resolver estes problemas através da implantação de uma nova matriz de Estado e da moralização. (ALVES, 2004, p. 38)

Esmiuçando a conclusão de Alves à luz da teoria de Laclau e Mofe (1985), pode-se dizer que, fora do discurso, o Estado é apenas um “elemento”. No discurso de Collor, no entanto, o elemento Estado é articulado a “dificuldades na transição para a democracia” e corrupção (através da figura do “marajá”), produzindo um novo significado, que, espera-se, seja capaz de interpelar a população brasileira descontente com os sintomas da crise vinda do governo anterior.

CAPÍTULO 1 DA ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO À GÊNESE DA FORÇA SINDICAL

1. 1 O Neoliberalismo: ideologia e política

O termo neoliberalismo pode referir-se simultaneamente a um movimento intelectual-teórico, a um conjunto de políticas, ou a uma ideologia. Dessa maneira, abordar o assunto torna-se uma atividade difícil, uma vez que cada um dos três aspectos apresenta histórias distintas, teve impacto diferenciado em variadas regiões do mundo e em diferentes setores sociais, e desperta interesse de estudantes e acadêmicos em diferentes proporções.

Enquanto movimento teórico, o neoliberalismo surgiu ao fim da II Guerra Mundial. Seus postulados, entretanto, só passaram a ter efeito sobre a política no final dos anos 70, nas regiões do capitalismo avançado (notadamente, Estados Unidos e Inglaterra), e no final dos anos 80, nas demais regiões (notadamente, América latina e Leste Europeu). Seu texto pioneiro, *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Von Hayek (1944), trazia um ataque apaixonado “contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado pelo Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9). De uma maneira geral, as ideias de Hayek e de seus pares intelectuais reunidos na Sociedade de Mont Pellerin travavam um combate teórico contra o Estado intervencionista de inspiração keynesiana e o *Welfare State*. Retomando o argumento clássico do liberalismo oitocentista, advogavam que a desigualdade era imprescindível à concorrência, da qual dependia a prosperidade, e que o “novo igualitarismo” promovido pelo Welfare State distorcia este “valor positivo” da desigualdade.

Tal crítica ao Estado intervencionista foi acompanhada, entretanto, de uma conjuntura extremamente favorável a essa forma de Estado, uma vez que o capitalismo no pós-guerra vivia o seu auge, alcançando taxas de lucro sem precedentes, nas décadas de 1950 e 60. Por esta razão, as advertências dos neoliberais não chegaram a causar preocupação, e suas ideias não se materializaram em qualquer forma política durante a era keynesiana.

Com a crise que sucedeu o embargo do petróleo em 1973⁶, tal conjuntura favorável começou a reverter-se, e as ideias neoliberais, que nas décadas anteriores mantiveram-se restritas

⁶ A crise da década de 1970 caracteriza-se por um duplo aspecto: a crise fiscal do Estado, inaugurada pelo embargo do petróleo, evidencia uma crise de acumulação capitalista (MANDEL, 1990, p. 15-16, 23-

a pequenos círculos, como a Sociedade Mont Pellerin e os monetaristas da Universidade de Chicago, passaram a ser advogadas por governos em diversas regiões, como alternativa à crise que se instaurou no centro do capitalismo avançado e que afetou mais profundamente o Estado. A crise que se iniciou incidiu de maneira diferente nos países centrais e nos periféricos: nos primeiros, atingiu principalmente o *Welfare State*, enquanto nos segundos -onde o Estado de bem-estar não tinha sido completamente implementado - incidiu principalmente sobre o Estado desenvolvimentista (ALVES, 2004, p. 17; ANTUNES, 1999, p. 54).

Como e em que momento o neoliberalismo passou da fase teórica para materializar-se num conjunto de políticas? Em outras palavras, como ocorreu esse processo que Harvey chamou de “virada neoliberal”⁷?

Na Inglaterra, o governo Thatcher, eleito em maio de 1979, contraiu a emissão de moeda, elevou as taxas de juros, reprimiu greves, impôs uma nova legislação anti-sindical, cortou gastos sociais e lançou um amplo programa de privatização, que englobou a habitação, a siderurgia, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (ANDERSON, 1995, p. 12). Nos Estados Unidos, Paul Vocker, presidente do Federal Reserve Bank durante o governo Carter, iniciou, em outubro de 1979, uma política de progressiva elevação da taxa de juros, visando a conter a inflação (HARVEY, 2008, p. 32). O posterior governo Reagan complementou a tarefa recessiva iniciada por Volcker, com mais desregulação (de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro) e cortes orçamentários, ao mesmo tempo em que atacou o poder sindical, no momento em que a recessão produzia uma taxa de desemprego de ao menos 10%. No continente europeu,

[...] os governos de direita deste período praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Contudo, a distância entre estas políticas e as da social-democracia governante anterior já era grande (ANDERSON, 1995, p. 13)

No caso da América Latina, a “virada neoliberal” ocorreu no fim da década de 1980 (ressalvado o caso chileno⁸), durante as presidências de “[...] Salinas, no México, em 88, seguida

26, 29-30; HARVEY, 2008, p. 22), marcada por uma progressiva queda nas taxas de lucro nos principais sistemas capitalistas. A crise de acumulação, no entanto, não se inicia em 1973, (MANDEL, 1990, p. 23-26, 37); seus sinais podem ser encontrados no fim da década de 1960 (HARVEY, 2008, p. 22).

⁷ HARVEY, 2008, p. 19-29.

⁸ No Chile, as políticas neoliberais começaram a ser implantadas pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-90), meia década antes da Inglaterra de Thatcher. Influenciado por Milton Friedman e pelos Monetaristas da

da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Pérez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90.” (ANDERSON, 1995, p. 20).

Deve-se enfatizar que, na região, o processo foi auxiliado pela pressão das instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial), que exigiam dos governos, como pré-requisito para negociação de fundos para o pagamento da dívida externa, a adoção de políticas de estabilização macroeconômica e ajuste fiscal (GALVÃO, 2003, p. 86; BOITO JR, 1999, p. 117).

No Brasil, como será abordado posteriormente, a “virada” iniciou-se, efetivamente, em 1990, com a presidência de Fernando Collor de Melo - embora a adoção de algumas políticas claramente neoliberais já possa ser percebida no final do governo de José Sarney.

1. 2 Neoliberalismo e Hegemonia

Os diversos autores que trataram do neoliberalismo destacaram que este assumiu, de diversas maneiras, uma forma de *hegemonia*. Segundo HARVEY (2008, p. 12-13),

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. Quase todos os Estados, dos recém-criados após o colapso da União Soviética às socialdemocracias e Estados do bem-estar social ao velho estilo, como a Nova Zelândia e a Suécia adotaram, às vezes voluntariamente e em outros casos em resposta a pressões coercivas, alguma versão da teoria neoliberal e ajustaram ao menos algumas políticas e práticas aos seus termos.

Além disso, os defensores das propostas neoliberais ocuparam posições de influência em outras áreas além das governamentais, tais como:

[...] no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de idéias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. (HARVEY, 2008, p. 13)

Assim, o autor conclui que

Escola de Chicago, Pinochet aplicou a desregulação, criou índices massivos de desemprego, reprimiu os sindicatos e iniciou um programa de privatização de bens públicos. Nesse sentido, a ditadura chilena foi uma espécie de “experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente” (ANDERSON, 1995, p. 20), tendo sido utilizada como exemplo tanto para a experiência inglesa quanto para a estadunidense.

[...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2008, p. 12-13).

Perry Anderson, elaborando seu raciocínio de uma maneira distinta de Harvey, chega à mesma conclusão. Para Anderson, sob o ponto de vista econômico, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo revitalizar o capitalismo frente à crise dos anos 80; sob o ponto de vista social, conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades mais desiguais, embora não tão desestatizadas como gostariam seus proponentes. Porém, foi no plano político e ideológico que o neoliberalismo

[...] alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia (ANDERSON, 1995, p. 23).

Desdobrando a problemática da *hegemonia neoliberal*, outra questão que tem preocupado os estudantes e acadêmicos é a de como se construiu o consentimento necessário para a virada neoliberal. Excetuando-se o Chile de Pinochet, por todas as partes do mundo as reformas liberais foram implementadas por governos eleitos pela população ou por uma porção majoritária dela, dentro de sistemas representativo-democráticos. Como tais governos se elegeram com medidas tão restritivas aos cidadãos eleitores? Em outras palavras, uma vez que o neoliberalismo defende proposições antipopulares, como se explica a adesão dos setores populares a essas ideias?

Harvey parte das noções gramscianas de *senso-comum* e *consentimento*⁹ para desenvolver a questão:

Aquilo que Gramsci denomina "senso comum" tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser construído a partir do engajamento crítico com as questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob

⁹ Segundo uma leitura de GRAMSCI (2012), a noção de 'consentimento' pode ser entendida como a forma pela qual a classe hegemônica exerce sua dominação mediante a aceitação, pelos dominados, da visão de mundo dos dominantes. O 'consentimento' não exclui uma outra forma de dominação, a coercitiva, exercida pelo aparelho do Estado, também integrante do bloco hegemônico.

preconceitos culturais. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou "outros" em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. (HARVEY, 2008, p. 49)

Prosseguindo, o autor destaca o papel chave da palavra liberdade na elaboração do consentimento em prol das ideias neoliberais:

A palavra "liberdade" ressoa tão amplamente na compreensão de senso comum que têm os norte-americanos que se tornou "um botão que as elites podem pressionar para abrir a porta às massas" a fim de justificar quase qualquer coisa. Foi assim que Bush pôde justificar retrospectivamente a guerra do Iraque (HARVEY, 2008, p. 49).

1. 3. Reformas e Hegemonia Neoliberal no Brasil

Esta breve exposição limitar-se-á ao final do primeiro Governo Cardoso (isto é, ao ano de 1998), porque foi durante este que se verificou o avanço mais sensível na implementação das reformas de cunho neoliberal no Brasil. Neste ponto, procurar-se-á apresentar um resumo das principais políticas e reformas adotadas pelos governos brasileiros do período, com foco no avanço das reformas neoliberais. Tentar-se-á, também, resumir as principais análises presentes na bibliografia relacionada ao tema.

Comparando-se os governos Sarney, Collor e FHC I, no que diz respeito ao avanço das reformas neoliberais, pode-se afirmar, em linhas gerais, que, se o primeiro não demonstrou motivação para implantá-las (exceto em momentos precisos¹⁰), o segundo manifestou um claro propósito de fazê-lo, não encontrando, porém, uma conjuntura favorável ao seu plano (o que vale também para o governo do seu vice, Itamar Franco, embora as dificuldades não tenham sido exatamente as mesmas). O terceiro, por sua vez, conseguiu unir um propósito claro com estabilidades política e econômica, garantidas pelo Plano Real (SALLUM JR, 2004), para aplicar seu plano de reformas neoliberais.

¹⁰ Refiro-me ao pacote de medidas editado em janeiro de 1989, que foi chamado de "Plano Verão". Ao lado de medidas econômicas "heterodoxas" (como um novo congelamento dos preços, salários e taxas de câmbio), que caracterizaram o governo Sarney, o pacote incluía algumas medidas claramente neoliberais, como a contenção do crédito, a demissão de funcionários públicos e a extinção de cinco Ministérios.

1. 3.1 José Sarney: desenvolvimentismo e heterodoxia (1985-89)

Embora durante seu governo já viesse sendo recomendada pelo FMI a adoção de medidas de estabilização macroeconômica e ajuste fiscal (GALVÃO, 2003, p. 86; BOITO JR, 1999, p. 117), e, paralelamente, o empresariado já viesse se reorganizando em torno de um projeto neoliberal, o governo de José Sarney deu algumas demonstrações de não alinhamento às recomendações neoliberais.

A política econômica, ao longo deste governo, caracterizou-se por uma tentativa de reanimar o modelo desenvolvimentista, através dos “planos heterodoxos” de estabilização monetária¹¹. Foram três os planos, que visavam, simultaneamente, a conter a inflação e a reavivar o crescimento econômico. Para o primeiro objetivo, utilizou-se a estratégia do congelamento dos preços e de eventuais suspensões da correção monetária; para o segundo, buscou-se reativar o consumo, incrementando a renda da classe trabalhadora, através de recursos como o “gatilho salarial” e a concessão de abonos.

Os planos combinaram de diferentes maneiras essas medidas heterodoxas. O Plano Cruzado, de março de 1986, sob o Ministério de Dilson Funaro, congelou os preços e os salários, ao mesmo tempo em que suspendeu a correção monetária das cadernetas de poupança (chamada tecnicamente de “desindexação”) e implementou o mecanismo do “gatilho salarial”, isto é, o reajuste automático dos salários a cada vez que a inflação registrasse um índice de 20%. Ao mesmo tempo, concedeu um abono de 16% aos salários do setor privado e 8% aos do setor público. O Plano Cruzado II, em novembro daquele mesmo ano, descongelou os preços, mantendo o gatilho salarial. O Plano Bresser, de janeiro de 1988, impôs um novo congelamento de preços e salários, porém desativou o gatilho. O Plano Verão, de janeiro de 1989, sob o Ministério de Maílson de Nóbrega, manteve o congelamento de preços e salários; combinou, entretanto, essas medidas heterodoxas a outras novas, de caráter evidentemente ortodoxo-neoliberal, tais como as restrições ao crédito, os cortes de gastos, a demissão e exoneração de funcionários públicos e a extinção de cinco Ministérios¹².

¹¹ Comumente utiliza-se o termo “heterodoxo” em dois sentidos diferentes: 1) como sinônimo de “não-recessivo”; e 2) como algo que está em desacordo com as recomendações das instituições financeiras internacionais. Nesse trabalho, utiliza-se o termo na segunda acepção (uma vez que ela, invariavelmente, contém a primeira).

¹² Foram eles os Ministérios da Habitação e Bem-Estar Social, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Irrigação, da Ciência e Tecnologia e da Administração.

Assim, através de sua política econômica, o governo Sarney obteve o feito de desagradar simultaneamente às elites empresariais e às classes trabalhadoras organizadas.

Estas responderam com greves gerais a todos os planos econômicos, com exceção do Plano Cruzado. Em 12 de Dezembro de 1986, uma greve geral foi organizada conjuntamente pela CUT e CGT (Central), “em defesa do salário, pelo congelamento dos preços, em defesa das estatais, contra o Plano Cruzado e o pagamento da dívida externa” (CUT, 2009, p. 16). O mesmo ocorreu em outras duas oportunidades: no dia 20 de agosto de 1987, contra o Plano Bresser, e em março de 1989¹³, “contra o plano econômico denominado Plano Verão, a recessão e o desemprego, pela recuperação das perdas salariais e reajuste mensal de salários de acordo com a inflação, além do congelamento real dos preços dos produtos de primeira necessidade” (CUT, 2009, p. 20).

Por outro lado, no que diz respeito à elite empresarial, o fracasso dos planos heterodoxos em frear a inflação e retomar o crescimento motivaram a adesão a um novo projeto político de feições neoliberais. Segundo SALLUM JR (2004, p. 57),

[...] na medida em que elite econômica se tornava insegura e assustada com as iniciativas reformistas do governo da Nova República, sobretudo com as políticas heterodoxas de estabilização monetária, as ideias econômicas liberais passaram a se tornar relevantes para ela.

Além disso, tais políticas heterodoxas passaram a ser encaradas por essas elites como “ameaças à propriedade privada”, uma vez que estas “restringiam a liberdade de mercado e ameaçavam os contratos”. (SALLUM JR, 2004, p. 57) Daí em diante,

[...] a elite empresarial mobilizou-se para moldar as estruturas e controlar as ações do Estado orientando-se, pelo menos parcialmente, pelas concepções neoliberais que vinham sendo difundidas, desde os anos 70, pelas instituições econômicas multilaterais, por *think thanks* e governos dos países centrais. Dessa maneira, sobretudo de 1987/1988 em diante, a elite econômica passou a confrontar o intervencionismo do Estado, exigindo desregulamentação, melhor acolhida para o capital estrangeiro, privatização das empresas estatais, etc. (SALLUM JR, 2004, p. 57)

¹³ Essa greve geral, em comparação às anteriores, deu uma demonstração excepcional de organização, pois prolongou-se por dois dias (as anteriores duraram apenas um), e o número de grevistas chegou a vinte milhões, quase o dobro da de 1987 (BOITO JR, 1999, p. 134).

1. 3.2 Collor: a ofensiva neoliberal e a instabilidade (1990-92)

A eleição de Fernando Collor de Mello alterou toda a situação. Em primeiro lugar, ao contrário de Sarney, Collor foi eleito pelo voto popular. Em segundo lugar, a plataforma neoliberal já estava presente em sua campanha (Sarney, ao contrário, só se aproximou do liberalismo ao fim do seu governo¹⁴). Dessa maneira, Collor de Mello “consagrou nas urnas o programa neoliberal, e demonstrava força e disposição para implantar o neoliberalismo” (BOITO JR, 1999, p. 142)¹⁵. Sua campanha eleitoral centrou-se no combate ao desequilíbrio fiscal do Estado, personificado na figura dos “marajás”¹⁶.

Collor iniciou seu governo contemplando os desejos da elite liberal, que, por falta de opção, o apoiara no segundo turno. Ao lado de medidas que caracterizavam uma política econômica não-ortodoxa, que nesse primeiro momento não tiveram relação com a crise política e econômica que se sucederia¹⁷, o presidente iniciou um ajuste fiscal, com a extinção de 24 empresas públicas e demissões de funcionários públicos. Além disso, liberalizou as taxas de câmbios, eliminou incentivos fiscais e iniciou o seu Programa Nacional de Desestatização. A estratégia do enxugamento monetário, através de um novo congelamento de preços e salários e do *confisco* (isto é, do congelamento de 80% dos ativos presentes nas contas bancárias), ocasionou uma rápida – porém temporária – queda da inflação.

Com a reaceleração da inflação, em outubro de 1990, a recessão (verificada na queda do PIB¹⁸) e as crescentes denúncias de corrupção, que levaram à instauração do processo de *impeachment* (setembro a dezembro de 1992), encaminhou-se o fim do governo de Collor. Como resultado, apesar dos avanços nos terrenos da abertura econômica, da liberalização financeira, das

¹⁴ Além do Plano Verão, tratado acima, ao final do seu governo, Sarney “se afastou da política neodesenvolvimentista, fortaleceu os setores liberais no ministério e promoveu uma pequena diminuição nas alíquotas de importação e privatizou siderúrgicas de pequeno porte” (BOITO JR, 1999, p. 142).

¹⁵ Embora tal fato não permita afirmar que o projeto neoliberal fosse preponderante na sociedade, uma vez que a disputa eleitoral de 1989 foi acirrada e o projeto de Lula era o oposto: “democrático-popular de tipo desenvolvimentista” (GALVÃO, 2003, p. 90).

¹⁶ A campanha de Collor, aliás, tem-se tornado uma fonte rica para a análise da ideologia e do discurso político na construção da hegemonia neoliberal no Brasil (ALVES, 2004). A figura dos “marajás” ilustra bem a estratégia ideológica de denotação/deslocamento de sentido no discurso político (PINTO, 2006, p. 105). Segundo Andréia Galvão, a ideia do “caçador de marajás” obteve adesão do eleitorado de baixa renda, explorando a insatisfação popular com as diferenças salariais entre setor público e privado (GALVÃO, 2003, p. 104).

¹⁷ Essa é a opinião de Luis Carlos Bresser-Pereira, para quem a parceria entre Fernando Collor e Zélia Cardoso (isto é, até maio de 1991) teria correspondido aos “tempos heróicos” do Governo Collor.

¹⁸ DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005, Tabela 6.

privatizações e dos cortes de gastos, Collor não avançou nas reformas tributária, administrativa, previdenciária e trabalhista, “frustrando a expectativa das classes dominantes em relação à adoção das ‘reformas orientadas para o mercado’.” (GALVÃO, 2003, p. 105). Assim, o projeto neoliberal em fase de implementação viu-se novamente ameaçado (GALVÃO, 2003, p. 91; SALLUM JR, 2004).

1. 3.3 Itamar Franco: o Plano Real e a conclusão do mandato (1992-94)

Embora Itamar Franco tenha mantido, em linhas gerais, a plataforma político-econômica neoliberal, o ritmo das reformas foi desacelerado em seu governo. Isso foi particularmente mais visível no processo de privatização, que foi dificultado, por exemplo, pela oposição do presidente à participação de moedas de pouco valor nos leilões, bem como por sua defesa do aumento dos pisos para venda de ações.

Por outro lado, o Plano Real inaugurou um período de saneamento monetário e estabilidade política, criando uma conjuntura favorável à continuidade da política econômica neoliberal, bem como ao avanço no tema da Reforma do Estado. A equipe econômica liderada por Fernando Henrique Cardoso,

[...] aproveitou a conjuntura internacional favorável, buscando atrair os recursos financeiros disponíveis no mercado interno para o combate à inflação. A ancoragem cambial permitiu ao governo controlar o valor interno da moeda, instituindo a paridade entre dólar e real. Além disso, o Plano Real valeu-se da abertura comercial e da redução das alíquotas de importação para intensificar a concorrência, e, assim, impedir o aumento dos produtos nacionais. Se num primeiro momento, essas medidas provocaram o aumento do consumo, numa segunda etapa o governo buscou conter a demanda, através da restrição do crédito e da elevação da taxa de juros. A abertura comercial, porém, não funcionou apenas como mecanismo de combate à inflação. Esta medida respondia à pressão internacional pelo fim do protecionismo, de modo a oferecer novos mercados para as empresas multinacionais (GALVÃO, 2003, p. 91-92).

Assim, o Plano Real, “[...] permitiu a continuidade e a consolidação do projeto neoliberal inaugurado por Collor, assegurando a vitória – com ampla maioria de votos – de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições de 1994.” (GALVÃO, 2003, p. 92).

1. 3.4 FHC I: estabilidade monetária e consolidação da plataforma neoliberal (1995-98)

Além da vitória de Fernando Henrique Cardoso por ampla maioria, a formação de um Congresso composto preponderantemente por partidos da base aliada deu livre trânsito aos projetos de governo do presidente recém-eleito. Assim, já no primeiro ano de mandato, FHC enviou ao Congresso projetos de reforma administrativa, previdenciária e tributária – as quais (à exceção da última que, afora a introdução da CPMF, não foi sequer iniciada) foram realizadas, ainda que parcialmente.

Além disso, foram executadas outras reformas, que investiam contra o modelo de Estado desenvolvimentista-varguista, tais como: a quebra do monopólio estatal, por intermédio da Petrobrás, sobre a exploração, o refino e o transporte de petróleo¹⁹; a autorização de exploração, pela iniciativa privada, de serviços de comunicação como a telefonia, mediante o regime de concessão; entre outros. Foi também aprovada pelo Congresso a Lei Complementar nº 8.987/95, que, com base no art. 175 da Constituição Federal, regulamentou a exploração privada de serviços públicos (eletricidade, estradas, ferrovias, etc).

Assim, esse conjunto de medidas contemplou satisfatoriamente os desejos da elite econômica, frustrada diante do insucesso das tentativas de retomada do crescimento por uma via desenvolvimentista, intentada durante o governo Sarney. Na visão de Sallum Jr, no primeiro governo FHC, materializou-se

[...] o *código comum* de um novo bloco hegemônico de dominação, adotado por políticos e burocratas com o comando sobre o Poder Executivo, pela grande maioria de parlamentares, por empresários dos mais variados setores, pela mídia, etc. e, gradualmente, dominou a classe média e parte do sindicalismo urbano e das massas populares. (SALLUM JR, 2004, p. 63, grifo do autor)

Por outro lado, segundo esse autor, a oposição foi minoritária, com apenas

[...] uma minoria de esquerda, portadora das bandeiras da ‘defesa do patrimônio público’ e da ‘economia nacional’. As privatizações e vendas de concessões também foram bem-sucedidas, apesar das disputas forenses e das manifestações de rua promovidas por organizações sindicais e partidárias de esquerda. (SALLUM JR, 2004, p. 63)

¹⁹ Embora assegurando largas vantagens a Petrobrás (SALLUM, 2004, p. 62).

1. 4 O Sindicalismo diante da *Ofensiva Neoliberal*

Como desenvolvido nos pontos anteriores, o governo Collor marcou o início da “ofensiva neoliberal”. Em outras palavras, foi em seu governo que se começou a por em prática uma política centrada nos princípios neoliberais, chocando-se com os setores que defendiam outras propostas. Collor, a partir de sua posse, em março de 1990, redefiniu a sua agenda em direção às propostas neoliberais. Como o sindicalismo reagiu diante dessa mudança de perspectiva?

1. 4. 1 A CUT e o Sindicalismo Propositivo

Sob diversos aspectos, a atuação da CUT ao longo dos anos 90 tem sido analisada em diversas monografias, cuja simples listagem já seria suficiente para aumentar o número de páginas desse trabalho. Não será possível, portanto, aprofundar a revisão bibliográfica sobre esse tema²⁰: abordar-se-ão apenas os principais aspectos das mudanças que ocorreram no interior da CUT e nas formas de atuação desta entidade.

De uma maneira geral, a forma de atuação da CUT nos anos 90 contrastou com a sua atuação na década anterior. Para Ricardo Antunes, por exemplo, a ação do movimento sindical, ao longo dos anos 1980, tendo a CUT como referência, caracterizou-se pelo “confronto e resistência” e teve, através dessa postura classista, um saldo “bastante positivo” (ANTUNES, 1999, p. 52). De acordo com o autor, no entanto, durante os anos 90 o sindicalismo brasileiro teria entrado num momento de refluxo, sendo forçado a assumir uma postura “cada vez mais defensiva, imediatista, de resultados, negociadora” (ANTUNES, 1999, p. 52).

No início dos anos 90, vinha ocorrendo, de fato, uma “virada” no interior da CUT, que se refletiu no equilíbrio entre as tendências em seu interior, na organização dos seus Congressos e instâncias deliberativas e na forma de tomada de decisões. Essas mudanças ocorreram em determinados momentos-chave, a partir de 1988, que corresponderam: 1) às alterações no Estatuto da CUT, durante o 3º CONCUR (1988) e 2) à ascensão, durante a IV Plenária Nacional

²⁰ A título de exemplo: FRANÇA, Teones Pimenta de. **Para onde foi o novo sindicalismo?** Sindicatos e reestruturação produtiva no Brasil. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000; TEIXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT?** Do classismo ao sindicalismo social-liberal. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000; GIANOTTI, Vitto. **CUT ontem e hoje**. São Paulo: Vozes, 1991.

da CUT (agosto 1990), da corrente denominada Articulação Sindical, com o projeto de um “sindicalismo propositivo”.

Segundo essa tendência, também chamada “de participação”, a postura da CUT deveria “ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, e passar a elaborar propostas políticas a serem apresentadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e empresariado” (BOITO JR, 1999, p. 131).

Para Boito Jr, a partir de então a CUT, frente à *ofensiva neoliberal*, passou a mostrar-se “hesitante”, configurando no geral “uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder” (BOITO JR, 1999, p. 142). Foram então abandonadas as greves gerais e a perspectiva de confronto contra o modelo de desenvolvimento - que caracterizara a atuação da central durante o governo Sarney -, e a entidade não reordenou a estratégia de confronto contra o modelo neoliberal.

A ideia de sindicalismo propositivo concretizou-se, de forma mais bem acabada, nas câmaras setoriais. Estas consistiam em organismos tripartites de negociação, que reuniam representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores de cada setor, com a finalidade de discutir e negociar ações práticas para os problemas específicos de cada setor. As câmaras tiveram uma atuação mais significativa sobre o setor metalúrgico-automobilístico, a exemplo do chamado Acordo das Montadoras (1992)²¹.

1. 4. 2 Sindicalismo de Resultados e a Gênese da Força Sindical

A gênese da Força Sindical remonta às articulações ocorridas no início da década de 80, para a formação de uma entidade central que reunisse os sindicatos que haviam se firmado na esteira das campanhas salariais e de sindicalização em meio à crise da ditadura. Esses setores se

²¹ O *Acordo* resultou na acolhida, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da reivindicação, originalmente patronal, de redução das taxas de IPI sobre a produção automobilística, como solução para as taxas de desemprego que vinham crescendo no setor: “O acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. Sua chave, porém, residia na participação do Estado, que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, imposto federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, imposto estadual). [...] Ao fim do período de vigência do acordo, o desemprego continuava a crescer nas montadoras do ABC. A produtividade do trabalho e o lucro das empresas, entretanto, foram multiplicados muitas vezes.” (MATTOS, 2002, 96-97).

agruparam numa comissão favorável à realização de uma Conferência da Nacional das Classes Trabalhadoras, a primeira CONCLAT (1981).

Às vésperas da realização da referida Conferência, o sindicalismo brasileiro agrupava-se em quatro principais tendências (RODRIGUES, 1991). Eram elas: 1) a corrente chamada “**Unidade Sindical**”, formada por setores do PCB, PC do B e do MR-8, que eram contrários ao recém- formado Partido dos Trabalhadores (PT), insistiam na necessidade de uma aliança com o PMDB e outros setores, a fim de garantir a transição democrática, evitando confrontos com os militares e opunham-se à Convenção 87 da OIT, pois esta abria a possibilidade de formação de mais de um sindicato; 2) os **sindicalistas “independentes”, “autênticos” ou “combativos”**, com grupos pouco definidos político-partidariamente e ideologicamente, que haviam entrado em confronto direto com o Ministério do Trabalho e lutavam pela criação de um maior espaço para a negociação com os empregadores; 3) as “**oposições sindicais**”, com composição relativamente heterogênea, que agrupavam as oposições às diretorias alinhadas ao governos militar e valorizavam a criação das comissões de fábrica (enquanto comissões fora do controle das diretorias dos sindicatos), ao contrário dos autênticos, que valorizavam a ideia dos delegados sindicais e 4. **a extrema-esquerda**, ligada a pequenas correntes de orientação leninista.

Como desfecho da 1ª CONCLAT (1983), foi aprovada uma declaração de princípios, que, em um de seus pontos mais significativos, previa a formação de uma Comissão Nacional Pró-CUT, responsável por organizar um novo Congresso para fundar esta entidade. Este foi 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT (1983).

Aqueles que se opuseram à criação da CUT, junto a setores que não participaram da 1ª CONCLAT (1981), notadamente, os sindicatos ligados à corrente da Unidade Sindical, reuniram-se num congresso alternativo, que veio a criar uma nova entidade: a Confederação Geral do Trabalho – CGT (1985). Segundo RODRIGUES (1991), as resoluções desse congresso eram bem mais moderadas que as do documento de formação da CUT: insistiam na necessidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no não pagamento da dívida externa, na realização de uma reforma agrária- sem, no entanto, manifestar a necessidade de essa reforma ser realizada sobre o controle dos trabalhadores-, não mencionavam a necessidade de uma greve geral, entre outros. Num outro ponto bem preciso distanciavam-se da CUT: repudiavam expressamente a Convenção 87 da OIT.

A moderação presente no documento desse Congresso de 1985 reflete, em parte, a existência de uma disparidade de visões políticas entre os setores que constituíam a CGT (Confederação). Ela agrupava, por um lado, os setores do sindicalismo mais à esquerda da CUT, ligados aos dois PC's e ao MR-8, até os sindicalistas ligados ao PMDB, próximos ao modelo de sindicalismo chamado “norte-americano” (dentre os quais, o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, então presidido por uma figura que viria a ter grande importância para o desenrolar da história dos setores do sindicalismo abordados nesse trabalho: Antônio Rogério Magri).

Essa disparidade dos setores no interior da CGT teve fim quando, em uma plenária realizada em janeiro de 1988, a facção de Magri e Medeiros derrotou a do PC do B. Assim, estes se retiraram da CGT e acabaram por aderir à CUT a partir do IV CONCUR (setembro de 1991). Posteriormente, no Segundo Congresso da CGT (abril/maio de 1989), Magri derrotou Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, o que provocou a retirada da maioria dos sindicatos liderados pelo PCB, que apoiavam Joaquinzão, restando na Confederação apenas alguns sindicatos ligados ao MR-8. Como consequência,

[...] CGT de Magri [...] viu-se enfraquecida pelo surgimento de uma nova central que começou a invadir o seu território, procurando apresentar-se como alternativa politicamente moderada, aberta ao diálogo com o governo e os empresários com propostas alternativas positivas, mas sindicalmente ativa. (RODRIGUES, 1991, p. 39)

Qual o cenário político que possibilitou a emergência da Força Sindical? Essa central, que surgiu em 1991 como uma agremiação de “sindicatos de carimbo”²², cresceu em representatividade numérica ao longo do marco temporal desse trabalho, de tal maneira que, pode-se dizer, equiparou-se à CUT em capacidade de influenciar a política brasileira. O que explica esse processo? Tal crescimento da representatividade é, em última análise, a preocupação desse trabalho, e o que há no cenário político brasileiro que ajuda a compreender o fortalecimento dessa central é o objeto desse capítulo.

Para caracterizar o contexto brasileiro, a análise terá início no período anterior ao marco temporal aqui adotado.

²² Isto é, “sindicatos pequenos, com menos de 500 associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, na maioria dos casos dispersos pelas pequenas e médias cidades do interior e cuja maioria de dirigentes – 67% do total – jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical, de qualquer congresso sindical” (BOITO JR, 1999, p. 182; e BOITO JR, 2005, p. 150). O fato da inexperiência dos dirigentes forcionistas em congressos sindical e o dado dos 67% remetem ao estudo pioneiro de Cardoso e Rodrigues, *Força sindical: uma análise sócio-política*. (CARDOSO & RODRIGUES, 1993, p. 79).

De 1983, ano em que se organizou a CUT, a 1989, quando chegou ao fim o governo Sarney, o movimento sindical brasileiro demonstrou uma crescente politização (BOITO JR, 1999), e logrou desafiar o governo em algumas quedas de braço – isto é, através das greves gerais, ou “greves de protesto” (BOITO JR, 1999, p. 133). Ao longo desse período, houve quatro greves gerais, todas elas com uma plataforma de reivindicações que ultrapassavam o plano salarial. A primeira, ocorrida em julho de 1983, ainda em um governo militar, além da mobilização contra o arrocho e da denúncia de deposições de diretorias sindicais por parte do governo, “também fazia uma agitação contra o pagamento da dívida externa”. (BOITO JR, 1999, p. 133) A segunda, realizada em dezembro de 1986, foi um protesto contra o Plano Cruzado II, que descongelava os preços, em defesa das empresas estatais, e também trazia de volta à cena a bandeira do não-pagamento. A terceira verificou-se em agosto de 1987, enquanto a quarta ocorreu em março de 1989, durando dois dias.

Por outro lado, em pelo menos duas oportunidades, o Governo Sarney e a CUT ensaiaram tentativas de negociação no âmbito da política econômica. A primeira delas transcorreu entre agosto de 1985 e fevereiro de 1986, e ao fim da negociação o presidente surpreendeu a CUT com a outorga do Plano Cruzado, através de um decreto-lei. No segundo momento, entre dezembro de 1986 e junho de 1987, o governo, repetindo a atitude anterior, baixou o Plano Bresser, novamente através de um decreto-lei (BOITO JR, 1999, p. 145). Diante da forma autoritária de regulação da política econômica, a CUT recusou-se a um novo pacto. Nas palavras do sociólogo Adalberto Moreira Cardoso, essa Central

[...] sabia que compactuar significava entrar em posição subordinada numa negociação cujo final previsível seria uma 'trégua' nas conquistas salariais de curto prazo, em nome de uma estabilidade futura, altamente incerta, em face do enorme poder de veto tanto do governo quanto dos empresários, expresso na sua capacidade de burlar unilateralmente os acordos sem sofrer retaliação relevante. (CARDOSO, 1992, p. 170-172).

Assim, ao mesmo tempo em que crescia a politização dentro do movimento sindical combativo, a CUT recusava-se a negociar um novo pacto. Nesse contexto, a ascensão de Medeiros à presidência do maior sindicato da América Latina, primeiramente, e a fundação da FS, num segundo momento, foram ao encontro da necessidade, por parte do governo e empresários, de um interlocutor dos trabalhadores na eventual negociação de um novo pacto.

CAPÍTULO 2 CRISE, ESTADO E “NOVO DESENVOLVIMENTO”: POSSIBILIDADES PARA ANÁLISE DE DISCURSO

Em janeiro de 1992, representantes das três principais centrais sindicais, CUT, CGT e Força Sindical, reuniram-se, no Rio de Janeiro, num evento chamado “*Sindicalismo brasileiro na nova conjuntura*”, promovido pelo Fórum Nacional/Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE). O fórum foi presidido por João Paulo dos Reis Velloso, então diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)²³ e ex-ministro do planejamento dos governos Médici e Geisel. João Paulo abriu os eventos com as seguintes palavras:

Algumas mudanças importantes no comportamento do movimento sindical brasileiro ficaram evidentes no seminário que o Fórum Nacional realizou, em junho de 1992, com as três centrais sindicais – CUT, Força Sindical e CGT [...]
 A primeira é o abandono da simples atitude reivindicatória. Todas as centrais desejam agora participar também da agenda das grandes decisões nacionais.
 A segunda é o recuo da tática de confronto em favor da tentativa de diálogo e negociação (restando saber se a prática irá corresponder ao discurso).
 A terceira é a decisão de influir nos rumos e políticas da modernização, em lugar de a ela se opor [...] (VELLOSO, 1992, p. 9-11)

O fato de representantes de entidades sindicais compartilharem uma mesa com representantes de entidades governamentais e patronais pode causar estranheza àqueles que tiverem em mente que essas mesmas entidades sindicais, surgiram, direta ou indiretamente²⁴, das greves e movimentações contra o governo que marcaram a primeira metade da década de 1980. No entanto, ao longo da década de 1990, sob diversos aspectos, os discursos das entidades sindicais e patronais e do governo convergiram.

Conforme abordado no capítulo anterior, a virada da década de 80 para a de 90 assinalou uma mudança de orientação e da prática do sindicalismo de cúpula brasileiro.

Durante os anos 80, ao contrário do que ocorria na maior parte do mundo, verificou-se no Brasil um aumento das taxas de sindicalização e do número de greves. Esse crescimento resultou na criação das centrais sindicais.

Com a promulgação da Constituição de 1988, mantiveram-se os velhos pilares da estrutura sindical, através de dois dispositivos antigos, o imposto sindical compulsório e o

²³ Faculdade privada brasileira, voltada para o ensino e pesquisa nos campos de Economia e Negócios.

²⁴ O advérbio “Indiretamente” refere-se ao fato de a Força Sindical ter surgido de uma dissidência da CGT.

princípio da unicidade sindical, e introduziu-se um novo, o poder normativo da Justiça do Trabalho. Diante disso, nos anos subsequentes, a estratégia das referidas centrais converteu-se numa disputa pela estrutura sindical oficial, buscando a adesão de entidades sindicais aos seus projetos, os quais se mostravam mais ambiciosos e buscavam atingir a política governamental no nível federal.

Muitas vezes, essas centrais converteram em projeto as bandeiras dos seus sindicatos mais importantes. Isto ficou particularmente evidente no caso da CUT e do seu projeto de “sindicalismo propositivo” - o qual, ao mesmo tempo, relacionava-se e era exemplificado com o Acordo das Montadoras (1992) e o projeto de criação das câmaras setoriais, ambos surgidos no setor metalúrgico do ABC paulista.

Assim, de uma maneira ou de outra, ao longo dos anos 90, as centrais sindicais atuaram como centros difusores de ideologia entre o sindicalismo e a classe trabalhadora brasileiros.

2.1 Ideologia, discurso e hegemonia

Neste ponto, vale retomar alguns aspectos sobre os pressupostos teóricos e metodológicos, já enunciados na Introdução a este trabalho, e como eles podem ser aplicados à fonte escolhida, de modo a explicitar mais claramente aonde se quer chegar através do método.

Qual então a relação entre ideologia, discurso e hegemonia?

Segundo Celi Pinto, a sociedade é atravessada por uma luta constante entre uma multiplicidade de discursos (PINTO, 1989, p. 37-39), por intermédio dos quais as ideologias “agem”, em busca da hegemonia. Para tal, seus enunciadores procuram “atribuir novos significados” aos vocábulos invocados nos seus discursos, de modo a “apelar” aos indivíduos e grupos que visam a atingir.

Tais pressupostos, aqui genericamente explicitados, vêm sendo formulados de diversos modos, e têm se mostrado frutíferos para as investigações a respeito de como as ideologias buscam a hegemonia. Harvey, no início do capítulo *Liberdade é apenas uma palavra*, em seu livro *Neoliberalismo: história e implicações*, afirma que

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, valores e nossos desejos. Assim como as

possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como "os valores centrais da civilização". Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos. (HARVEY, 2008, p. 15)

Dentre essa multiplicidade de discursos, existe uma espécie denominada *discurso político*, cuja disputa pelo poder se dá por etapas: em primeiro lugar, tais discursos buscam emergir, posteriormente buscam permanecer, e, num último processo, institucionalizar-se.

A primeira disputa do discurso político é a tentativa de fixar os sentidos, “de dar sentido ao real” (PINTO, 2006, p. 80), bem como de estabelecer os sujeitos que o enunciam e os sujeitos que o recebem. Uma vez que a análise levará em conta, essencialmente, o documento fundador da Força Sindical, intitulado *Projeto para o Brasil*, ela abordará, especificamente, a primeira etapa na luta do discurso político: sua emergência e a busca pela fixação de sentidos e sujeitos. Assim, tal análise considerará a Reforma do Estado antes enquanto ideia, em detrimento das propostas e políticas práticas que esta ideia ensejou.

Uma vez que, após o seu surgimento e a publicação de seu *documento fundador*, a Força Sindical obteve um crescimento numérico e de representatividade, conquistando uma adesão progressiva de entidades sindicais à sua base, considera-se, neste trabalho, que esse discurso obteve êxito. Em outras palavras, esse discurso logrou êxito na *fixação de novos sentidos*.

Mais especificamente, em relação ao discurso presente no *Projeto* tentar-se-á demonstrar que ele se centrou na tentativa de fixar um novo sentido ao termo “desenvolvimento”, articulando-o a um apanhado relativamente amplo de outros elementos. Essa tentativa de ressignificação da noção de desenvolvimento tinha como objetivo conferir um sentido essencialmente negativo ao elemento “Estado”, de forma a embasar a proposta de Reforma do Estado à qual a Força Sindical buscava adesão.

Em particular para o próximo tópico, e para o último deste capítulo também, vale retomar, examinando mais detidamente, a noção de *articulação* ou *práticas articulatórias*, que desempenhará papel central na análise.

Articulação refere-se, especificamente, ao procedimento pelo qual os discursos produzem novos significados, alterando a identidade dos vocábulos (*elementos*) com que lidam. Essa alteração de identidade é resultado de novas combinações (*articulação*) entre diferentes elementos:

We will call *articulation* any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice we will call *discourse*. The differential positions, insofar as they appear articulated within a discourse, we will call *moments*. By contrast, we will call *element* any difference that is not discursively articulated. (LACLAU & MOFFE, 1985, p. 105)

2.2 Ideologia neoliberal: o contexto no *Projeto*

A adesão da Força Sindical à ideologia neoliberal vem sendo afirmada e ratificada pelo grosso dos estudiosos que já se debruçaram sobre o tema. Portanto, centrar a análise sobre uma visão já consolidada não inovaria em nada as discussões que vêm sendo travadas nesse meio.

Assim, considerando a questão um fato dado, dever-se-ia perguntar não *se* as fontes levantadas confirmam ou não tal visão; mas, antes, perguntar-se *como* determinada fonte pode contribuir para a elucidação da questão. Ou, ainda, *como*, através de determinado instrumental teórico-metodológico, a adesão àquela ideologia “reaparece” em determinada fonte, que, anteriormente, “a olho nu”, não havia aparecido. No caso deste trabalho, a fonte analisada será o livro-manifesto da Força Sindical, intitulado *Projeto para o Brasil*, e o instrumental teórico-metodológico que permitirá enxergar além do olho nu será o conjunto de pressupostos conhecido por *análise do discurso político*.

Entretanto, sem pretender ignorar a primeira pergunta (se a fonte adotada aqui confirma ou não a visão predominante), a resposta a ela, na realidade, desempenhará papel fundamental como *pressuposto* à análise contida neste capítulo. Amparado em um significativo apanhado da bibliografia pertinente sobre os assuntos neoliberalismo e sindicalismo brasileiro na década de 1990 - o qual se encontra referenciado ao fim deste trabalho -, bem como na leitura *efetiva* das fontes levantadas, considero verdadeira/válida a visão predominante, segundo a qual a Força Sindical aderiu ao projeto neoliberal.

Como foi possível encontrar essa visão na fonte?

Sobretudo, a adoção e o entendimento desse método permitiram-me constatar que, dentre os diferentes elementos articulados, em diferentes momentos do discurso, em diferentes proposições, houve um que desempenhou um papel de certa maneira *imperativo* sobre os demais, agindo como pressuposto de toda a visão contida no *Projeto*. Em outras palavras: um dos elementos aparecia como um elemento *fundamentador* de toda a proposta de Reforma da Força Sindical.

Essa estrutura de proposição, contendo um *elemento imperativo*, mostrou-se recorrente ao longo do discurso, como exemplificarei com duas citações:

[...]o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de garantir a estabilidade econômica e o preenchimento de suas funções sociais, assim como de se preparar, junto com a sociedade, *para enfrentar os desafios que a nova etapa de desenvolvimento capitalista requer*. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 28, grifos meus)

Note-se que o trecho grifado sugere a presença de um elemento exercendo um papel imperativo sobre os demais (isto é, “os desafios da nova etapa capitalista”). Além do mais, o caráter determinante do elemento “desafios” é reiterado pela constatação de que este remete a um fato da conjuntura internacional, enquanto os demais referem-se à conjuntura nacional. Essas duas constatações relativas à estrutura da proposição repetem-se em outros momentos, como no seguinte, recortado de um capítulo diferente do primeiro:

Financiando com crescente dificuldade o estoque de dívidas acumulado, hipertrofiado e crescentemente ineficiente e perdulário o Estado mostrou-se incapaz de assegurar a estabilidade econômica e de empreender a transição para um novo modelo de desenvolvimento. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 47, grifos meus)

Esse elemento, que às vezes é denominado “desafios da nova etapa capitalista” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 28), outras vezes “transição para o novo modelo de desenvolvimento” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 47), atuou como determinante na idéia de Reforma do Estado defendida no *Projeto*, justificando a necessidade e da reforma e a urgência em avançar na sua implementação, conforme se pode perceber nas duas citações acima.

A meu ver, a utilização em repetidas vezes dessa estrutura de proposição com um elemento determinante revela o apego do sujeito desse discurso ao fenômeno que vem sendo apontado pelos pesquisadores do neoliberalismo como a manifestação do caráter hegemônico dessa ideologia. Como desenvolvi no primeiro capítulo (ver **1. 2. Neoliberalismo e Hegemonia**),

segundo autores como David Harvey e Perry Anderson, foi sobretudo no plano político e ideológico que o neoliberalismo manifestou seu caráter hegemônico, disseminando a ideia de que não havia alternativas para os seus princípios. Para Anderson, o neoliberalismo

[...] alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia (ANDERSON, 1999, p. 23)

Por esse motivo, considere que a adesão da Força Sindical ao neoliberalismo revelou-se pela utilização, no âmbito do discurso, desse “elemento determinante”.

2.3 O discurso político no *Projeto*

Neste capítulo, prosseguirei na análise da fonte. A escolha do *Projeto* como fonte principal pareceu-me mais apropriada por ser, dentre as demais fontes existentes para o estudo dessa entidade, o documento que marca o momento em que essa entidade, fundada dois anos antes, efetivamente revelou-se ao grande público, em detrimento de todo o debate provocado desde a ascensão do “sindicalismo de resultados”, em 1988. Digo isso, pois é nesse documento que os dirigentes dessa entidade, pela primeira vez, apresentaram ao público um conjunto de propostas. Ao contrário, as fontes anteriores centravam-se nos ataques à Central Única do Trabalhadores, sem apresentarem suas propostas de maneira afirmativa.

A meu ver, a proposta de reforma do Estado defendida pela Força Sindical é uma das tônicas da fonte, atravessando o documento como um todo. Elegi, no meio desse extenso documento (mais de 600 páginas de texto escrito), momentos e elementos em que tal proposta mostrou-se mais evidente.

2.4 Sujeitos do discurso

O discurso político busca a hegemonia. Seu primeiro passo é estabelecer um sujeito que o enuncie, e, em seguida, interpelar um ou mais sujeitos que o escutem e o reproduzam. Em

outras palavras, a tarefa do discurso político é estabelecer um sujeito que possa falar sobre algo a outro sujeito, e nisto consiste seu êxito.

Tal espécie de discurso, portanto, é caracterizada pela presença explícita do sujeito (PINTO, 1989, p. 52), contrastando com outros tipos, como, por exemplo, o discurso científico, no qual o sujeito deve, ao menos em teoria, estar ausente.

Esse sujeito que enuncia o discurso político será chamado, daqui em diante, de *sujeito-enunciador*, enquanto o sujeito atingido pelo discurso através da interpelação será denominado *sujeito-receptor*.

Identificar a presença do sujeito no discurso da Força Sindical, no entanto, é uma tarefa complexa, uma vez que, na elaboração deste discurso, percebe-se a pretensão de constituição de um documento científico. Medeiros afirma, no capítulo por ele próprio assinado, que, com base numa “*visão ampla e articulada dos problemas que nos afetam*” a Força Sindical “*contratou uma equipe de cientistas, que, sob sua orientação política e social, produziu este projeto*”²⁵ (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 21).

No entanto, no mesmo capítulo, o sujeito insinua-se no discurso, quando Medeiros afirma, na primeira pessoa do plural, que

[...] numa conjuntura como essa [de crise mundial e de avanço da modernização tecnológica e da reestruturação econômica], não cabe a uma central sindical cuidar apenas dos interesses salariais e trabalhistas de seus representados. Acreditamos que uma central sindical moderna e representativa deve estender a sua atenção ao conjunto de problemas relacionados com a crise que o país atravessa e sua correlação com o resto do mundo. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 20)

Nota-se então que esta “central sindical” está se posicionando como sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que está se definindo como “moderna e representativa”.

Paralelamente, reiteradas vezes há referência, ao longo do documento, ao que é batizado “novo trabalhador”. Torna-se evidente que é este o sujeito que a Força Sindical, busca “recrutar” entre os seus interlocutores. No entanto, como é invocado e como é construído discursivamente esse “novo trabalhador”?

²⁵ São listados mais de 40 nomes, entre os quais, a título de exemplo, encontram-se os de Antônio Kandir e Amaury Bier. Ambos economistas, o primeiro fez parte da equipe econômica de Zélia Cardoso de Mello, e substituiu José Serra no Ministério do Planejamento, no primeiro governo Cardoso. O segundo integrava a equipe de Pedro Malan.

Sob o ponto de vista metodológico, o discurso pode ser considerado todo enunciado, ou conjunto de enunciados, emitidos por um indivíduo ou entidade e que busca atingir/apelar/sensibilizar outro indivíduo ou entidade. Para abordar o modo como essa prática ocorre, é importante verificar previamente a noção de *interpelação*, desenvolvida por Louis Althusser. Segundo esse pensador, “a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos, ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos pela operação muito precisa que eu chamei de interpelação. (*apud* PINTO, 1989, p. 163).” Este sujeito, que representa a meta do discurso (nesse discurso em particular, o “novo trabalhador”), será chamado, doravante, sujeito-receptor.

No capítulo sobre a reestruturação econômica²⁶, afirma-se que

[...] esse novo paradigma produtivo tem causado também uma radical estruturação dos processos de trabalho, induzindo as empresas a alterarem profundamente as modalidades de organização e gestão e redefinindo o papel do trabalhador (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 58).

Em outro momento, advoga-se que a modernização e o desenvolvimento do país requerem “uma profunda mudança de mentalidade para superação das dificuldades que ainda nos prendem ao passado” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 41). Tal mudança de mentalidade, envolveria, também

[...] o abandono da política de confronto sistemático entre capital e trabalho, a implementação de uma nova forma de gestão e o desmonte de todo o arcabouço jurídico-legal de proteção aos privilégios, aos cartórios, e à ineficiência produtiva (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 41)

²⁶ Por ser considerada, na época, uma realidade dada, e não uma questão aberta a novas perspectivas e definições, o processo chamado *reestruturação econômica* ou *produtiva* foge da temática deste trabalho. No entanto, a título de esclarecimento, a reestruturação econômica pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos, (ADAPTADO de MATTOS, 2002, 85-86):

- a) a nova fase da internacionalização do capital, marcada pelo capital financeiro especulativo e pelas grandes empresas transnacionais;
- b) o encolhimento do emprego industrial face a uma ampliação do emprego em serviços e à participação do setor nas rendas nacionais;
- c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão de obra (em outras palavras, a ascensão do *toyotismo*);
- d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho, e estratégias gerenciais (qualidade total, círculos de controle de qualidade, etc.);
- e) mudanças na composição da classe: um crescimento das exigências de qualificação do trabalhador; um retorno às formas de exploração da mão de obra infantil e trabalho compulsório; um quadro geral de precarização das relações de trabalho;
- f) o “desemprego estrutural”.

2.5 O “novo desenvolvimento”

Como explicitado acima, a tentativa de ressignificar a noção de “desenvolvimento” constitui uma das linhas-mestras do discurso do *Projeto*. Para tal, buscam articular esse elemento a um seletivo conjunto de outros elementos (tais como “crise” e “Estado”), na tentativa de produzir uma visão essencialmente negativa do Estado que se queria reformar.

Já foi visto acima, no tópico *Ideologia, discurso e hegemonia*, que o resultado do procedimento chamado *articulação*, ou *práticas articulatórias*, é a alteração da identidade dos vocábulos (*elementos*) com que os discursos lidam.

Historicamente, as noções de desenvolvimento e desenvolvimentismo filiaram-se ao chamado *Estado nacional-desenvolvimentista*, contra cujos pressupostos a ideia da Reforma do Estado voltava-se em boa parte, como, por exemplo, a exploração dos setores estratégicos da economia nacional por empresas de economia-mista.

Diante disso, a construção do sentido de “desenvolvimento” pela Força Sindical deu-se através da desconstrução do sentido atribuído a tal termo no Estado nacional-desenvolvimentista. Nesse ponto, constata-se que a Força Sindical utilizou-se de dois modos distintos de desconstrução do sentido.

O primeiro deles diz respeito à tentativa de desconstruir discursivamente a oposição entre setor privado e setor público. Afirma-se, em um dado momento, que são falsas “as oposições dogmáticas entre Estado e iniciativa privada, planejamento e mercado” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 42), e que

A falência de um certo tipo de intervenção estatal na economia não significa que o País possa prescindir do Estado para coordenar o desenvolvimento com vistas a metas estratégicas de médio e longo prazos, dar suporte ao financiamento da iniciativa privada, alavancar o desenvolvimento tecnológico (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 42).

Mais adiante afirma-se que, no Brasil, é preciso “ao mesmo tempo privatizar e desprivatizar o Estado, por paradoxal que isso pareça à primeira vista” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 43):

Privatizar, pois empresas e serviços que até aqui estiveram nas mãos do setor público hoje podem ser melhor administrados pela iniciativa privada. [...] Desprivatizar, pois é urgente que o Estado recupere sua dimensão republicana, rompa as relações de favorecimento estabelecidas com grupos privados que capturaram segmentos

inteiros de sua burocracia e passe a orientar suas políticas pelo interesse público. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 42).

Torna-se evidente, então, que a Reforma defendida pela Força Sindical não pressupõe uma destruição completa do Estado. Este continua sendo visto como importante na “coodenação do desenvolvimento”. Trata-se, na verdade, de uma desconstrução da forma de Estado herdada do passado, isto é, o Estado desenvolvimentista.

Segundo Celi Pinto (1989, p. 55), é típica do discurso político a produção de *antagonismos*, sendo esta uma das principais maneiras de “fixar significados”. Em outras palavras, o discurso político, para construir sua visão de mundo, busca constituir uma outra visão como “oposta”.

Neste sentido, a visão anti-estatizante difere de outras manifestações forcistas analisadas por Cardoso (1992) e Trópia (2009), como, por exemplo, as entrevistas concedidas por Luiz Antônio de Medeiros após a ascensão do “sindicalismo de resultados”, nas quais ficava evidente um ataque à CUT, na condição de “interlocutor ausente”. No *Projeto*, por sua vez, a produção do antagonismo é constituída em relação ao passado, não em relação a outra visão estatizante ou anti-estatizante contemporânea:

Mas, se há motivos de otimismo, sobram também motivos sérios para preocupação [quanto às possibilidades de o Brasil superar a crise] [...] Por causa de sua incapacidade para preencher os anseios e expectativas da população, tanto sob o aspecto material como moral, o Estado perdeu sua dimensão republicana, de coisa pública, de instrumento do bem-estar coletivo, e com isso esvai-se sua legitimidade para estabelecer normas imperativas e ser obedecido. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 38)

Isto é, um modelo de Estado criado no *passado*, não mais cumpre *hoje* a tarefa que desempenhou no *passado* em que foi criado.

Esse antagonismo com o passado fica mais bem entendido pela análise de outra forma de *articulação entre elementos* da qual a Força Sindical utilizou-se para fixar significados pretendidos: a contraposição entre a década de 80 e a de 90, para cada um dos quais dedica um capítulo especial.

Os anos 80, representando o passado que se quer superar, são vistos como o ponto de culminação e momento de apogeu da crise; por outro lado, a recém-iniciada década de 90 é caracterizada como um emergente palco de possibilidades, que aguarda por “perspectivas e definições dos agentes sociais interessados na mudança” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 35)

Uma das características apresentadas que caracteriza os anos 80 daquela maneira é o “colapso do Estado”, assim descrito:

Hipertrofiado, envolvido em um assustador processo de colapso, sitiado por interesses clientelistas, com estruturas envelhecidas e estoques de dívidas totalmente incompatíveis com sua capacidade de financiamento, o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de garantir a estabilidade econômica e o preenchimento de suas funções sociais, assim como de se preparar, junto com a sociedade, para enfrentar os desafios que a nova etapa de desenvolvimento capitalista requer. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 28)

Por outro lado, escrevendo em 1993 sobre a então conjuntura político-econômica, a direção forcionista afirma que “Embora ainda tênues, já se notam sinais de que o País voltou a entrar na agenda dos investidores estrangeiros” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 36), concluindo mais adiante que “apesar das presentes dificuldades, há motivos para ser otimista quanto às possibilidades de o País superar a crise” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 37). Assim, pode-se dizer que, através da contraposição entre a década de 80 e a de 90, estabelece-se uma oposição entre “conjuntura” e “perspetiva” que irá se estender ao longo de toda a apresentação da visão da Força Sindical.

Outro elemento peculiar presente nessa visão de Reforma do Estado é a extensão de seu alcance para além do campo da ação estatal sobre a economia.

Apesar de demonstrarem certo contentamento em relação ao relativamente novo sistema político, predomina em muitos momentos uma tônica de forte descrença quanto a “aspectos que devem ser corrigidos” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 70).

Em certo ponto do capítulo denominado *A Reforma do Estado* (pgs 46-54), é listado, dentre os objetivos da reforma em questão, o de “Restabelecer a confiança da sociedade na ordem jurídica e nas instituições responsáveis pela sua aplicação e observância” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 48). Explica-se, mais adiante, que um dos objetivos dessa “reforma do sistema judicial” seria obter “mecanismos processuais mais econômicos e céleres”, e “modernizando códigos e leis, como os Código Penal e leis de trânsito, tráfico de entorpecentes e corrupção” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 50).

O tom de descrença torna-se ainda mais evidente no capítulo denominado *Consolidação da democracia: a reforma política e a organização da sociedade civil* (pgs 75-110), no qual o sistema político consagrado na Constituição é caracterizado como “frágil” e “caduco”:

No Brasil, ao contrário [do México e Chile], a reforma do Estado e a reestruturação econômica caminham aos tropeções, em boa medida devido à caducidade de um sistema político incapaz de propiciar acordos sólidos em torno dos problemas fundamentais e de levar a efeito ações eficazes para solucioná-los.

[...]

Revelou-se um formidável equívoco a idéia de que, para criar um sistema democrático estável, eficaz e representativo, bastaria remover o "entulho autoritário" (o qual, a bem da verdade, incluía algumas normas salutares para a disciplina partidária), assegurar plena liberdade de organização política e partidária e restabelecer eleições diretas em todos os níveis. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 76)

No prosseguimento do trecho acima citado, nota-se novamente uma manifestação do sujeito-enunciador, quando a primeira pessoa do plural é utilizada reiteradas vezes:

Em meio ao agravamento da crise, os níveis alarmantes de ineficácia, falta de transparência e corrupção do sistema político fazem germinar e difundem um clima de desencanto que ameaça a legitimidade do regime democrático, pelo qual tanto *lutamos* (e com que sacrifícios) para restabelecer. [...]

Hoje *sabemos* que, sem uma reorganização da política, não reencontraremos o equilíbrio macroeconômico e o caminho do desenvolvimento.

[...]

Aprendemos, nos últimos anos, que não haverá saída para o País enquanto se mantiver intacto um sistema político em que o entrosamento do Executivo com o Congresso é instável e fisiológico [...] (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 76, grifos meus).

Ampliando o exame das práticas articulatórias no *Projeto* constata-se que, além da reforma política, analisada acima, a Reforma do Estado é articulada ao combate à pobreza: “Assim é que a reforma do Estado, ao lado do reforma política, aparece como condição essencial para a solução da crise do País. [...] é imprescindível para a estabilização da economia, retomada do crescimento e combate à pobreza.” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 139).

No âmbito das relações entre capital e trabalho, a pobreza materializa-se no baixo custo da mão-de-obra, o que no passado, teria representado uma espécie de “vantagem comparativa” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 37 e 140) para a economia brasileira: “acresce que, com a abertura crescente da economia e a perda progressiva de importância das vantagens comparativas “tradicionais” (mão-de-obra barata e matéria-prima abundante)” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 140).

Hoje, entretanto, a pobreza teria passado de vantagem para a produtividade a empecilho:

é preciso ter em mente que a revolução tecnológica que se vem operando há duas décadas mudou radicalmente a hierarquia dos fatores que integram o cálculo empresarial quanto a investimentos. Hoje, a oferta abundante de matérias-primas e mão-de-obra

barata são menos importantes do que outros fatores, como os que indiquem uma tendência para ganhos de produtividade. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 37)

No lugar, a retomada da produtividade dentro do novo modelo de desenvolvimento pregado, exigiria uma “revolução educacional”, bem como a melhoria na distribuição de renda, figurando ambos entre os objetivos da Reforma do Estado:

O nível educacional da população passa a ser decisivo na determinação do potencial de renovação do sistema produtivo [...] a melhoria da distribuição de renda e o resgate de ampla parcela da população brasileira de condições sub-humanas de vida são deveres inadiáveis do Estado. Para tanto é fundamental recuperar a capacidade de gasto do Estado, tornar eficiente a administração pública e aprimorar a qualidade de suas políticas, pois será a partir do provimento de adequada infra-estrutura social para a população de baixa renda que se poderá iniciar o processo de redistribuição de renda. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 140)

Já foi visto que na evocação do sujeito-receptor “novo trabalhador”, a Força Sindical advogou novas formas de relação entre capital e trabalho baseadas na cooperação entre ambos. Este elemento volta ao discurso mais adiante, agora articulado à Reforma do Estado, e, em consequência, ao “desenvolvimento”, quando se fala do impacto das relações capital-trabalho no desempenho macroeconômico da economia brasileira. Eis como essa articulação entre ambos elementos se apresenta:

A origem desse interesse [no debate sobre a estrutura das relações entre capital, trabalho e Estado] está em grande parte associada à percepção de que o desempenho das empresas e também o desempenho macroeconômico das economias de mercado é diretamente afetado pelo processo de negociações coletivas, pela estrutura sindical, pelo tipo de relacionamento entre empresários e trabalhadores vigente nos locais de trabalho e pelas diferentes formas de remuneração do trabalho.

[...]

Em função de sua relevância econômica e política, a estrutura das relações entre capital e trabalho tem sido considerada um aspecto fundamental para um desenvolvimento estável em qualquer sociedade capitalista desenvolvida. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 509-510)

Na então conjuntura brasileira, a Força Sindical considera que essa estrutura de relações cria uma situação de “conflito permanente” entre trabalhadores, empresários e governo, o que teria como resultado “o efeito de reduzir substancialmente a capacidade administrativa do Governo, ameaçar sua credibilidade política e, no limite, contribuir para a desestabilização das instituições democráticas.” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 509).

Tal situação de conflito permanente, desestabilizadora, ancorava-se no arcabouço jurídico-legal, especificamente, através dos seguintes dispositivos: a CLT, “baseada na extensa proteção dos trabalhadores contra a exploração excessiva por parte das empresas” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 511) e a então Lei de Greve, as quais, por não mais serem capazes de arbitrar conflitos, teriam criado um “vácuo institucional extremamente perigoso” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 513); a substituição da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a introdução de uma lei de reajustes de salários centralmente determinada pelo Governo²⁷ (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 511); e, por fim, a centralização das demandas sindicais, através das centrais sindicais, sem um reconhecimento legal da existência destas²⁸. Tais elementos estruturais, assim combinados, teriam um potencial essencialmente desestabilizador para os objetivos macroeconômicos nacionais:

A combinação de uma estrutura sindical centralizada, com negociações coletivas descentralizadas e a resolução dos conflitos através da Justiça do Trabalho são fatores que tendem a exacerbar o conflito entre capital, trabalho e Estado, gerando uma fonte de pressão desestabilizadora a nível macroeconômico.

Em uma situação como esta, na qual cada sindicato negocia separadamente e em diferentes meses do ano, não existe qualquer incentivo para que os objetivos macroeconômicos sejam levados em consideração na formulação de suas demandas. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 514)

Por outro lado, na visão da Força Sindical, um sistema satisfatório de relações entre capital e trabalho

[...]deve ser capaz de propor mecanismos de arbitragem eficientes entre os interesses de trabalhadores e empresários e entre os interesses destes grupos sociais e o Estado, induzir ganhos de produtividade e criar condições para que esses aumentos sejam, pelo menos em parte, apropriados pelos trabalhadores através de aumentos do salário real (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 510)

Para tal, uma proposta de reformulação deveria considerar três pontos de importância:

[...] o primeiro, é que o conflito entre capital e trabalho é um dado natural da relação entre estes dois atores sociais em uma economia de mercado. Desta forma, o importante é criar mecanismos que administrem este conflito e não tentar reprimi-lo ou suprimi-lo. O segundo, as organizações de trabalhadores e de empresários devem ser fortes e representativas. Somente organizações realmente fortes são capazes de negociar responsabilmente e sem demonstrações desnecessárias de força; somente organizações

²⁷ Não há, no texto do *Projeto*, referência sobre qual seria essa lei.

²⁸ Esse reconhecimento legal só se deu muito recentemente, através da lei 11.648, de 30 de março de

fortes podem induzir à cooperação e não ao conflito, ao aumento da produtividade e não ao desinteresse pelo trabalho.

O terceiro, as considerações anteriores sugerem que um dos problemas a ser atacado é a dessincronia entre a centralização da organização sindical e a descentralização do processo de negociações coletivas hoje vigente no Brasil. (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 517)

Assim, aquela “mudança de mentalidade” (FORÇA SINDICAL, 1993, p 41) que resultaria no nascimento de um “novo trabalhador”, deveria ser acompanhada da criação desses novos instrumentos: “Ao mesmo tempo, em função deste novo papel do trabalhador nas relações produtivas, é fundamental a criação de instrumentos destinados a canalizar anseios e promover a harmonização das relações de trabalho.” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 517)

Assim, através do discurso presente no *Projeto*, a Força Sindical, procurou definir-se como uma central sindical “moderna e representativa” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 20), e interpelando o seu ouvinte, o “novo trabalhador”, procurando defini-lo como dotado de uma nova mentalidade que pressuporia o “abandono da política de confronto sistemático entre capital e trabalho” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 41). Num segundo momento, a prática discursiva da entidade buscou estabelecer um antagonismo entre “conjuntura” (representada pelos anos 80), e “perspectiva” (representada pela década de 90). Dentro de tais linhas, procurou redefinir os significado dos elementos presentes nessa “conjuntura”, reformulando-os de acordo com a visão de “perspectiva” do sujeito-enunciador. Para tal, na sua prática articulatória, escolheu deliberadamente elementos presentes também na visão desse sujeito-receptor, possíveis, portanto, de interpelar tal sujeito: isto é, a reforma política, o combate à pobreza e a reestruturação das relações de trabalho.

CONCLUSÃO

Encerrada a redação do trabalho, bem como a pesquisa que nela resultou, há duas considerações a se fazer.

A primeira delas refere-se à funcionalidade do método empregado, isto é, a análise de discurso político. Sua adoção confirmou satisfatoriamente as expectativas que dele se teve, durante a elaboração do Projeto de pesquisa, trabalho final da disciplina de Técnicas de Pesquisa Histórica.

Na fase de elaboração do Projeto, tal expectativa baseava-se tão somente na suposição de que a combinação entre o método (análise do discurso político) e o objeto (as ideias da Força Sindical sobre a Reforma do Estado), até então não experimentada, poderia vir a se mostrar frutífera. Assim, considere que essa escolha mostrou-se acertada, pois, além de ter alcançado um resultado inesperado, desenvolvido anteriormente no item 2.1. do segundo capítulo, considero que o método preencheu satisfatoriamente as expectativas que dele se teve no fase inicial da pesquisa.

Em segundo lugar, apesar de a Força Sindical ter se apresentado como uma entidade dotada de um discurso que, como demonstrado no item 2.1, foi inovador a sua maneira, esse discurso traduziu-se na prática por uma reprodução das práticas antigas do sindicalismo brasileiro. Refiro-me, especificamente, ao fenômeno chamado “peleguismo”, entendido aqui não em sua conotação depreciativa amplamente conhecida, mas como sinônimo de “governismo”, isto é, a tendência ao alinhamento da política sindical à plataforma política do Governo Federal em um dado momento²⁹.

A constituinte fez a opção de manter a velha estrutura sindical de inspiração varguista. No entanto, a disputa das centrais sindicais por essa estrutura sindical oficial resultou no fato de que tanto a CUT como a FS aderiram ao “peleguismo”, entre os Governos Collor de Mello e final do primeiro de Fernando Henrique Cardoso (1991-98). No tema da Reforma do Estado esse “governismo” foi especialmente visível.

Se a CUT o fez por uma falta de opção, a Força Sindical o fez por opção. Segundo Ricardo Antunes (1995), as disputas internas da CUT entre as correntes mais à esquerda e a

²⁹ Esta é a concepção de peleguismo presente na tese de livre-docência de Armando Boito Jr. Ver Boito Jr, 1999, parte II, capítulo 4 – *Do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de proposição*.

Articulação Sindical, corrente dirigente a partir de 1991, encaminhou essa Central à formulação de um projeto francamente heterogêneo, o que, a meu ver, tornou o seu projeto mais suscetível a ceder ao projeto governamental com certa facilidade. E isso, de fato, ocorreu³⁰.

A Força Sindical, ao contrário, em apoio à ideia de Reforma do Estado, elaborou um projeto escrito, cuja coerência interna procurei demonstrar através da análise aqui contida (em especial, nos item 2.4 e 2.5)

³⁰ Basta lembrar a celebração, em finais de 1998, do “Acordo da Previdência”, firmado entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o então presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

CUT. **Cronologia das lutas (1981-2009)**. São Paulo: Centro de documentação e memória sindical. 2009.

DUARTE, Ozeas. **Os mercadores de ilusões: uma análise crítica do sindicalismo de resultados**. São Paulo: Debates, 1988. 62 p.

FORÇA SINDICAL. **Um projeto para o Brasil: a proposta da força sindical**. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993. 654 p.

_____. **Nasce uma nova força**. Documento do Congresso de Fundação da Força Sindical. 1991.

_____. **Programa de lutas e estratégias de ação**. Documento do Congresso de Fundação da Força Sindical. 1991.

MEDEIROS, Luiz Antônio de. Convite ao diálogo. In: FORÇA SINDICAL. **Um projeto para o Brasil: a proposta da força sindical**. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993. pp. 19-23.

_____. Alternativas para o sindicalismo: revendo conceitos e práticas (documento da Força Sindical. In: **O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT (Seminário realizado em junho de 1992 pelo Fórum Nacional com a CUT, Força Sindical e CGT)**. São Paulo: Nobel. 1992. pp. 75-87.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Introdução. In: **O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT (Seminário realizado em junho de 1992 pelo Fórum Nacional com a CUT, Força Sindical e CGT)**. São Paulo: Nobel. 1992. Pp 9-11.

Bibliografia

ALVES, Gustavo Biasoli. **Discurso e reforma do estado no governo Collor**. 315 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://sabi.ufrgs.br/>>. Acesso em 01/07/2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995. 85 p.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo : Xama Vm, 1999. 247 p.

_____. **O sindicalismo de Estado no Brasil** : uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas : UNICAMP, 1991. 312 p.

_____. **O sindicalismo na política brasileira** Campinas : UNICAMP, 2005. 309 p.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: IDEM (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2003. 327 p. : il.

_____. **O pragmatismo impossível**: origens da força sindical. In: Novos estudos CEBRAP. São Paulo N. 32 (mar. 1992), p. 165-182

_____. **Pragmatismo e movimento sindical no Brasil**: interpretações. São Paulo: CEBRAP. 1991.

CARDOSO, Adalberto Moreira; RODRIGUES, Leôncio Martins. **Força Sindical**: análise sócio-política. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

GALVÃO, Andréia. **Participação e fragmentação**: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 3** – Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo, SP : Loyola, 2008. 249 p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony e socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1996. 197 p.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1990. 330 p.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2002. 107 p.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: o discurso do plano cruzado. São Paulo : Hucitec, 1989. 193 p.

_____. Elementos para uma análise de discurso político. In: **Barbarói**: revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia. Santa Cruz do Sul, RS N. 24 (jan./jun. 2006), p. 87-117. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/821/605>> Acesso em 04/07/2011.

RODRIGUES, Leoncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991. p. 11-42.

SALLUM JR., Brasília. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: IDEM (org). **Brasil e Argentina hoje**: política e economia. Baurú: EDUSC. 2004.

_____. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, vol 11, nº 2, fevereiro, p. 23-47. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/>>. Acesso em 24/09/2012.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular. 2009. 232 pgs.